



ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2018.-----

No dia 13 de julho de 2018, às 09:55 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Gério Patrocínio Soares, defensor público-geral e presidente do Conselho Superior, Luciana Leão Lara Luce, subdefensora pública-geral, Flávio Néelson Dabés Leão, corregedor-geral, Marco Túlio Frutuoso Xavier, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez, Fernanda Sousa Saraiva e Richarles Caetano Rios. Presente ainda o presidente da Adep, Eduardo Cyrino Generoso e ausente justificadamente o conselheiro Felipe Augusto Cardoso Soledade, em gozo de férias.-----

Havendo *quorum* regimental, o dr. Gério declarou abertos os trabalhos; agradeceu a compreensão e a presença de todos; disse que tem conversado com cada conselheiro separadamente, com a finalidade de ouvir as demandas, colher sugestões e ver aquilo que pode ser aprimorado e melhorado na gestão; disse que continua aberto às propostas de todos.-----

Informado pelo secretário Galeno da existência de inscritos ao momento aberto, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, passou a palavra ao defensor público Eduardo Cavaliere Pinheiro, isto às 09:57 h e pelo prazo regimental.-----

O defensor Eduardo Cavaliere cumprimentou todos os presentes; disse que resolveu se inscrever no momento aberto porque tem andado pela Defensoria e percebido que o colega se encontra muito desanimado; citou como exemplo esta sessão esvaziada do Conselho Superior; disse que os colegas estão apáticos e que isto não é efeito da eliminação do Brasil da copa do mundo; disse acreditar que é em decorrência do golpe que nós vivemos no país desde 2016, quando jogaram a democracia no lixo, desrespeitaram a vontade da maioria e passaram a governar em nome do grande capital internacional; falou dos políticos salafários de Brasília que não respeitam a vontade do povo; falou das repercussões das medidas golpistas sobre a população em geral e sobre os nossos assistidos, que são os mais impactados diretamente; disse que isto tudo também tem impacto sobre o nosso trabalho; disse que quando a democracia perde, todo mundo perde e que os hipossuficientes perdem mais ainda; disse que os pobres tem imensa dificuldade hoje em dia de conseguir comprar um botijão de gás, de abastecer o carro, e que fazem tudo com muito sacrifício; citou as consequências da greve dos caminhoneiros; disse que nós como defensores não podemos



desanimar diante do que está acontecendo no país; falou novamente das políticas canalhas implementadas pelos golpistas, que prejudicam a população que mais necessita; discorreu sobre a política de desoneração do grande capital, que é favorecido em trilhões de reais e em detrimento da classe trabalhadora; falou da questão do petróleo, do patrimônio público vendido a preço de banana; que o nosso patrimônio está sendo entregue a preço de banana e citou o pré-sal; falou da política criminosa de congelamento dos gastos públicos em saúde e educação em um país paupérrimo como o nosso; falou que esta política é de genocídio, de extermínio do pobre: que eles não matam, deixam morrer; falou da importância do defensor público neste cenário de déficit democrático e pediu resistência; pediu que os colegas se atentem para isto; disse que a nossa ordem jurídica, que já era manifestamente injusta, entrou em colapso de 2016 para cá e que por isto vivemos esta balbúrdia; disse que a CF foi rasgada e o sistema todo entrou em colapso; disse que nós precisamos, além de aplicar o direito, lutar por educação em direitos, ainda mais neste cenário de déficit democrático; falou do nosso papel na resistência e na luta pela democracia; disse que não podemos nos tornar apenas operadores do direito, pois somos transformadores sociais, formadores de opinião; discorreu novamente sobre a injustiça da ordem jurídica; falou de Kelsen, que colocou no topo as normas jurídicas mais importantes e as metaforizou como uma pirâmide; disse que apesar de não ser engenheiro, entende que a pirâmide se sustenta pelo topo e se se tira o topo, a pirâmide cai; disse que além de nossa atuação ordinária, devemos lutar pela educação em direitos, na educação extrajudicial, para informar ao cidadão o que está acontecendo em nosso país. Encerrou a sua manifestação às 10:03 h.-----

O dr. Gério agradeceu as palavras do colega Eduardo Cavaliere; disse que confia nos defensores; que estes estão muito incomodados com isto; disse que nós fazemos a nossa parte trabalhando muito; lembrou que o colega Eduardo Cavaliere foi presidente da Adep e é um exemplo para todos nós; mais uma vez disse que confia na Defensoria e nos defensores e que tem a certeza de que a nossa parte está sendo feita.-----

Às 10:03 h foi dada a palavra ao defensor Giovanni Manzo; Giovanni cumprimentou todos os presentes e disse que aderiria à manifestação do colega Eduardo Cavaliere; disse que nós sabemos fazer a diferença na vida das pessoas e que para fazer esta diferença nós temos que sair da zona de conforto; disse que mudando o foco da atuação nós podemos fazer muito; disse que



vê o quão fácil é conseguir isto com os colegas, porque todos queremos a mesma coisa; disse que às vezes só falamos o lado negativo e não vemos o outro lado, que a água está boa; disse que basta caminhar para o outro lado que vamos conseguir; que é preciso perseverar, que vamos conseguir; falou da questão da atuação da Defensoria em cartas precatórias e da urgência em se resolver; disse que a celeuma é muito grande e merece uma discussão muito mais ampla do que aquela que pode ser tratada liminarmente; disse que precisamos colher as especificidades de cada comarca e que não podemos nos limitar a Belo Horizonte; disse que temos que ouvir vários colegas; falou dos reflexos desta atuação, das nuances, da questão do depositário infiel, da pensão alimentícia, da penhora de valores impenhoráveis e se podemos atuar neste bloqueio ou não; discorreu sobre as diversas possibilidades e citou exemplos; disse que às vezes recusamos pessoas sem sequer ouvi-las, muitas em razão de valores apenas; disse que muitas vezes uma conversa resolve; citou exemplo de um motorista de Uber que teve atuação negada pela DPU com base apenas na renda; disse que este cidadão foi orientado por advogado a procurar a CEF e renegociar a dívida pessoalmente e ele assim o fez; que esta dívida caiu de R\$70.000,00 para R\$14.000,00; mencionou a existência de um procedimento anterior em trâmite no Conselho, uma minuta de Deliberação, que merece ser aperfeiçoada; pediu que se aprecie em tom liminar a atuação da Defensoria Pública nestas duas pontas e que depois que se consulte toda a classe para ouvir as especificidades; falou do procedimento do Barreiro em curso no Conselho; pediu solução para a questão do Barreiro; disse que temos que olhar o Barreiro com outros olhos; disse que por um dever de lealdade com os colegas de lá tinha que abordar a questão; disse que a solução para lá deve ser definitiva; falou que 90% da demanda do Barreiro é relacionada à área de família e que não faz sentido o atrelamento à coordenação cível.-----

Ao defensor Guilherme Rocha foi dada a palavra às 10:10 h; Guilherme cumprimentou todos os presentes; falou da questão dos atendimentos nas cartas precatórias; falou das cartas precatórias cíveis e de família, que ficam sob atuação dos membros lotados nas cooperações, tanto cível quanto de família; falou da regulamentação do tema no Condege, via convênio, que é uma solução provisória para uniformização; disse que hoje se elabora a defesa inicialmente e se encaminha para a Defensoria Geral e do gabinete sai um pedido de protocolo para Defensoria destinatária; disse que o protocolo não se realiza nos locais onde não há

defensor atuando; falou das dificuldades e que não teríamos como assumir o acompanhamento processual lá na outra ponta, principalmente via PJE e que isto tem sido demandado: se a defesa é feita porque não se consegue acompanhar o processo? Disse que temos responsabilidade civil pelos nossos atos; que não podemos vender uma coisa e entregar outra; disse que em que pese uma necessidade de discussão mais ampla da questão, ela é urgente, ainda que seja uma solução provisória, pois corre-se o risco de prejudicar o direito de alguém; falou das situações de estresse e dificuldade; que é uma situação constrangedora e que os colegas do cível e da família passam por isto; que o procedimento que já tramita neste Conselho já foi discutido entre a Corregedoria anterior e os cooperadores; que esta questão não está tratada no procedimento nº 025 de 2018, já que este trata especificamente de conflito de atribuição. Encerrou a sua fala às 10:20 h.-----

Ao colega Flávio Wandeck foi dada a palavra às 10:21 h; Flávio cumprimentou todos os presentes; falou da questão da nossa responsabilidade institucional; disse que nós saímos de um processo eleitoral complicado; que tivemos a escolha de quem não tinha sido o primeiro colocado no pleito; que tem receio e muitos o tem; disse que temos que ter responsabilidade; que temos que pensar efetivamente para onde queremos ir e o que queremos da Defensoria no futuro; disse que os interesses da nossa Instituição tem que estar acima dos nossos interesses; lembrou o colega Wagner Ramalho que dizia sobre o modelo publico de assistência jurídica está em risco; que este modelo público está em risco também pelo que a gente faz aqui dentro; disse que a Defensoria começa a ser questionada; que já fomos o patinho feio do sistema de Justiça e que hoje atingimos um patamar diferenciado, que somos autônomos, que temos prerrogativas, e não somos mais vistos desta forma; que cada um tem que ter muita consciência dos atos, que pode ser para crescimento ou apequenamento da Instituição; disse que esteve aqui no Conselho há um ano atrás e falou sobre isto e falará novamente: a questão orçamentária; disse que estamos caminhando para o fechamento das propostas orçamentárias; disse que sem orçamento não fazemos nada; disse que até hoje o orçamento da Defensoria é uma caixa preta; que a gente só toma conhecimento quando ele chega na ALMG; disse que aqui não tem discussão e que fala sobre isto novamente; disse que temos que mudar esta sistemática e temos que nos mobilizar neste sentido; disse que outros órgãos discutem; disse que se queremos crescer, temos que debater o que a gente quer para a



Instituição; que isto não pode ser decidido entre 4 pessoas; que temos que participar efetivamente, debater; parabenizou a administração que abriu a questão para sugestões, mas acha que temos que ir além; que a Administração Superior não é só o gabinete e que os outros órgãos e os defensores tem que participar; que todos nós temos o direito de debater sobre esta questão; disse que a questão da iniciativa de lei está sendo gestado de maneira equivocada; sobre o projeto de alteração do quantitativo de cargos, disse que acha que o que foi mandado é muito bom, mas que as coisas precisam ser trazidas antes para o Conselho, para associação de classe e que precisamos amadurecer em relação a isto; disse que a iniciativa de lei é da Defensoria Pública e que ainda que o DPG seja o encarregado de remeter o projeto à ALMG, a iniciativa é da Instituição; que precisamos amadurecer esta questão; que pode ser voz isolada, que prefere ser repetitivo, mas sempre que puder irá abordar o tema. Encerrou a sua fala às 10:30 h.-----

O conselheiro Richarles pediu a palavra às 10:30 e assim se manifestou: inzialmente deu as boas-vindas à presidência, na pessoa do dr. Gério; deu também as boas-vindas à dra. Luciana Lara, nova subdefensora pública-geral; cumprimentou os colegas presentes; desejou uma gestão exitosa aos novos colegas de Conselho; disse que eles possuem as qualidades necessárias para desempenho dos cargos respectivos; disse que este início de gestão é o início de um novo ciclo na Defensoria Pública; que passamos por quatro anos da dra. Christiane e mais quatro da dra. Andréa Abritta; que passamos por um processo eleitoral rico, embora a solução final tenha sido complexa; que esta complexidade que foi apontada pelo colega Flávio Wandeck merece uma reflexão de todos nós; que pensando neste significado, o aprendizado é que a classe quer mudanças; que mero continuísmo não faz sentido algum; que a continuidade da defensora geral que o precedeu, dr. Gério, seria um erro de avaliação, disse, independentemente dos avanços que tenham sido obtidos; disse que tivemos uma solenidade de entrada em exercício em que os avanços foram exaltados, mas temos que ler o recado da classe; disse que também tem a leitura de que esta é a leitura do novo defensor geral, Gério Patrocínio; disse que espera que esta nova administração não seja de continuidade, que traga elemento de continuidade; disse que tivemos debates duros aqui no Conselho e que às vezes o gestor e o membro de assessoria ficavam ofendidos com as críticas; disse que temos que saber receber as críticas, sejam elas justas ou injustas; disse que dentro desta ideia de que

a atual gestão seja de mudanças, e acha que é, há necessidade de democratização da nossa Instituição; disse que muito se fala de transparência, mas de fato ela poucas vezes se expressou em atos concretos; disse que se fala muito em democracia, mas que ela se expressa em atos concretos; disse que dentro da necessidade de democratização da Instituição, citava dois acontecimentos recentes e que trouxeram preocupação: o envio do projeto de lei de alteração do quantitativo de cargos e sem que tenha havido qualquer debate interno; disse que o projeto é bom, o conteúdo é excelente, responde ao anseio antigo da classe, que é mudar a estrutura da pirâmide; que este projeto teria tramitação rápida no Conselho por isto; que o projeto é simples e o que seria discutido aqui seria os quantitativos por classes; disse que a ausência de qualquer debate em relação ao projeto, seja com o Conselho, com a Adep, é uma postura antidemocrática e não tem nenhuma justificativa; que alguns projetos de lei tem que passar pela consulta à classe e hoje temos meios para isto; que o projeto foi apresentado no apagar das luzes e não tem outro nome para dar a isto; que espera que seja uma postura que não se repita na administração na nova administração; falou da Resolução relativa ao uso da internet, a 131/18; disse que há uma recomendação pela sua revogação e que seja apresentada como proposta de Deliberação para ser debatida e aprovada aqui no Conselho; falou do caráter invasivo da norma, que permite que os defensores sejam alcançados em dados sigilosos, inclusive e-mail; disse que usamos e-mail para troca de informações sigilosas, que esta Resolução permitia alcançar; disse que a recomendação de revogar a Resolução não foi cumprida, e em vez disto a solução foi emitir uma nova Resolução que atendia parcialmente, mas que não revogava a anterior; disse que a gente vê uma deformação sobre o que é ato de gestão; disse que se é cria uma obrigação, um dever ao defensor, como a obrigatoriedade de acessar e-mail, isto não é ato de gestão; que esta norma tem que passar pelo Conselho, que é ato normativo desse Conselho; falou da aprovação recente da lei que trata do uso do acesso em relação a utilização de banco de dados; disse que não conhece a lei, mas sabe que qualquer empresa que tiver acesso é obrigada a excluir a informação e isto visa coibir o uso indevido de dados que são pessoais e que nós agimos na contramão; que é uma postura antidemocrática da gestão que se encerrou; fez um convite para que estas posturas mudem daqui para frente; disse que o DPG terá nele, Richarles, um parceiro em todas as questões de interesse da Defensoria; disse que não deixaremos de fazer a



critica daquilo que é passível de ser mudado e que esta é a nossa função; disse que conselheiro não está aqui no Conselho para puxar saco de DPG; disse que a fala às vezes aqui pode não ser agradável, mas pode ter algum sentido; que este tipo de postura tem que ser mudado, esta de caráter antidemocrático; disse esperar que esta mudança se expresse em atos concretos; disse que em relação ao projeto de lei não tem como retroceder, mas quanto à Resolução que trata do uso da internet espera que ela seja revogada e que a Defensoria Geral a apresente como proposta de Deliberação, que pode ter inclusive o mesmo texto, mas com as adequações que são necessárias; disse que temos que resguardar o sigilo, a intimidade, coibindo também o abuso no uso da internet; convidou o DPG a revogar a Resolução e apresentar como proposta de Deliberação; disse que há várias formas de se fazer dialogo, que é a capacidade de ceder, de ouvir; disse esperar que daqui em diante a administração seja pautada pelo diálogo, pela democracia e que as posturas autoritárias possam não se repetir mais.-----

O conselheiro Flávio Leão pediu a palavra para pontuar o debate do conselheiro Richarles; disse que esta questão do sigilo do e-mail é extremamente importante; disse que a obrigatoriedade de acessar o e-mail já existia por portaria da Corregedoria Geral, inclusive a obrigação de acessar o IOF; disse achar que tem a sua razão de ser, já que é a comunicação oficial entre a administração e o defensor; disse que estas obrigatoriedades já existiam; disse que, inclusive, na retificação da Resolução nº 131/2018, há citação da portaria da Corregedoria Geral.-----

O dr. Gério agradeceu os esclarecimentos do conselheiro Flávio Leão; pediu desculpas ao conselheiro Richarles por não ter tido a oportunidade de conversar pessoalmente com ele, em razão de incompatibilidade de agenda, ao contrário do que já o fez com outros conselheiros e o presidente da Adep; disse que dentre as conversas que teve com estes conselheiros e o presidente da Adep, a principal conversa foi neste sentido: o que cada um esperava da postura do Gério como defensor geral; disse que a questão da Resolução nº 131/2018 foi ponderada por todos, Galeno, Marco Túlio, Fernanda e Eduardo Generoso; disse que ainda não foi possível conversar pessoalmente com os conselheiros Heitor Baldez e Felipe Soledade; disse que mais do que discurso, já que o momento político acabou, vai fazer ações; disse que ele e a equipe vão procurar acertar o máximo possível e que a gente acerta escutando e construindo; disse gostar de usar a palavra clareza em vez de transparência; disse que transparência é apenas

comunicar e que clareza a gente discute; disse que em relação à Resolução da internet é fácil chegar em um consenso; disse que o que importa é o conteúdo e que se tiver que revogar não tem problema em fazê-lo; se for atribuição do Conselho, da mesma forma, está apto ao debate; disse que o importante é trabalharmos juntos; disse que se for para revogar até hoje mesmo o faz e que vai conversar com o assessor Cláudio Pagano para redigir a minuta; se o entendimento for no sentido de que pode ser por Resolução também não tem problema, é só discutir o conteúdo, mas o importante é que este seja efetivo.-----

O conselheiro Richarles disse que é contra acesso a e-mail; que este tipo de normatização é para coibir abusos no uso da internet; que dada a natureza da matéria ela tem que ser previamente debatida; que este tipo de postura é que convida para que seja alterada; que o Conselho é o fórum adequado para o debate; pediu que a Resolução seja apresentada como proposta de Deliberação; disse que não é ato de gestão a obrigatoriedade de acesso ao e-mail institucional.-----

O conselheiro Galeno disse que esta possibilidade de acesso ao conteúdo dos e-mails é pavorosa; que o sigilo é protegido constitucionalmente; disse que na sessão anterior foi decidido pelo Conselho recomendar à defensora geral a revogação da Resolução nº 131/18, sob pena de instauração imediata de procedimento para a sua anulação.-----

A conselheira Luciana Leão Lara Luce, subdefensora pública-geral, cumprimentou todos os presentes, desejou ao presidente sucesso na condução dos trabalhos, cumprimentou os demais conselheiros, o corregedor geral Flávio Dabés, o presidente da Adep, os defensores e servidores presentes; disse que gostaria de fazer algumas considerações sobre a sistemática do orçamento, mas que deixaria para fazer no momento dos informes ou assuntos gerais.-----

O conselheiro Marco Túlio parabenizou os colegas presentes e disse que se manifestaria no item 9 da pauta.-----

O conselheiro Heitor Baldez cumprimentou todos os presentes, especialmente o defensor geral e a sub defensora-geral; disse que não teria como iniciar a sua fala sem fazer uma pequena abordagem do que se passou recentemente; parabenizou os dois integrantes da lista tríplice para defensor geral; disse que colocar o nome em favor nunca é fácil; que o resultado das urnas é extremamente importante para a gestão e o administrador tem que saber fazer a leitura; disse que o recado foi: os defensores não querem a continuidade do modelo anterior; falou que êxitos

tiveram na gestão passada; disse que esta afirmação da classe de não querer a continuidade do grupo anterior administrando tem que lustrar a nova gestão; falou do discurso do assessor Nikolas cerimônia de entrada em exercício; disse que ele foi extremamente infeliz; disse que se a ideia é buscar a unidade, o Nikolas fez um discurso de racha, expondo questões internas desnecessariamente; disse que quanto a questão das cartas precatórias, não chegou a ser o relator da matéria; que na verdade teve certa afeição pelo tema; discorreu sobre as preocupações dos colegas quanto ao tema; sugeriu a aprovação de urgência de tramitação e que poderia retornar à pauta de 2 de agosto; falou da possibilidade de uma norma momentânea; sugeriu a urgência ao procedimento nº 025 de 2018; disse ter uma minuta sobre o tema e que pode enviar a todos; disse que a obrigatoriedade do acesso a e-mail tem que ser norma do Conselho Superior e citou o art. 28, I, da LC nº 65/03, que confere o poder normativo ao Conselho; disse que o poder de criar uma obrigação para o defensor é normativo; citou exemplos em que as vezes é impossível ao defensor acessar o e-mail, por questões de trabalho até.-----

O conselheiro Flávio Dabés disse que não discute a competência do Conselho Superior para normatizar a questão, mas defendeu o acesso obrigatório ao e-mail.-----

A conselheira Fernanda cumprimentou todos os presentes e desejou boas-vindas aos novos integrantes do Conselho Superior, dr. Gério e dra. Luciana; disse que no Conselho somos pautados pelo diálogo e pela união e colocou-se à disposição para o que for necessário; disse que conversou com o dr. Gério na parte da manhã e que vai se manifestar ao final da sessão, mas que a quebra de sigilo só pode ocorrer por ordem judicial.-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, cumprimentou todos os presentes; disse que a associação de classe vai continuar trabalhando em prol da Defensoria; sobre o momento eleitoral, disse que a categoria demonstrou na urna democraticamente; disse que esperamos que a nova gestão caminhe com muitas mudanças; disse que a responsabilidade é bem maior por não ter sido o mais votado o escolhido; disse acreditar que a atual gestão pode caminhar no sentido de uma relação mais democrática, aberta, junto aos pares e à própria associação de classe; sobre o projeto de lei da redistribuição dos cargos, disse que esta questão da iniciativa já foi debatida aqui no Conselho e que o encaminhamento de projeto sem ouvir o Conselho já foi amplamente colocado, e já foi colocado que isto não é adequado;

disse ser frustrante lidar com encaminhamento de projeto de lei em fim de mandato e sem passar pelo crivo do debate no Conselho; disse que o projeto tem mérito bem interessante, mas que faltou o debate interno; disse que gostaria depois de tecer considerações na esfera jurídica sobre ele; disse que a questão da iniciativa legislativa tem que ser melhor trabalhada dentro da nossa Instituição e que sobre outras questões manifestará ao final, mas queria pontuar, porque acha extremamente importante, que nós tivemos uma assembleia de classe onde foi aprovado o pleito do encaminhamento da revisão anual e que este encaminhamento não ocorreu e muito se falou que o novo DPG o faria; disse que gostaria de objetivar este pleito; que o pleito da classe é simetria constitucional, teto e redução de percentual interclasses para 5% e que a revisão anual é dever do gestor e é um direito do defensor.- O dr. Gério disse que está levantando os dados orçamentários e que tudo será feito com muito diálogo; disse que ao final vamos discutir e demonstrar as coisas, cada um no seu papel.-----

Em seguida, à unanimidade, foi aprovada urgência ao trâmite do procedimento nº 025 de 2018, bem como foi aprovada a criação de uma comissão tripartite, composta por defensores da família, do cível e da cooperação; todos também se mostraram favoráveis à possibilidade de apresentação de um projeto provisório, uma solução provisória, para análise na próxima sessão e com a participação de integrantes da Defensoria Geral, da Corregedoria e de defensores da cooperação cível e família.-----

Relativamente ao item 4, da pauta, a análise do procedimento nº 010 de 2018, que contém pedidos formulados pelos defensores da Defensoria da Infância Cível de Belo Horizonte, foi dada a palavra ao conselheiro Richarles Caetano, que fez um breve relato sobre o seu trâmite no âmbito do Conselho Superior desde o seu nascedouro; disse que o procedimento encontrava-se suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias e à espera de uma solução pelo gabinete, principalmente em relação à questão da mudança de espaço físico e ataque às prerrogativas dos defensores públicos; falou do novo pedido de análise do pleito, da urgência e da liminar requerida; fez sugestão de encaminhamento, que fosse decidida hoje a liminar para suspensão de novos atendimentos; fez um relatório do que se avançou de janeiro de 2018 até a data de hoje e sugeriu que fosse dada a palavra aos colegas lotados na Infância Cível de Belo Horizonte e presentes à sessão. Por fim, requereu o encerramento da gravação e que a sessão passe a ser secreta, em razão da natureza dos debates, sendo que há previsão regimental para tanto; disse que a sessão pode se tornar sigilosa, na forma



do art. 8º, inciso IV, da Deliberação nº 007 de 2004, Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o que todos concordaram, isto a partir das 11:20 h.-----

Entre 12:25 e 14:43, os trabalhos foram suspensos para almoço.-----

Restabelecida a publicidade da sessão, o Conselho Superior, por maioria, entendeu pela concessão parcial da medida liminar pleiteada no procedimento nº 010 de 2018, para suspender o atendimento para novas demandas não urgentes da Defensoria da Infância e Juventude Cível de Belo Horizontes, até a conclusão da mudança de espaço físico, de sede do órgão, com exceção para os seguintes atendimentos: I - ajuizamento de medidas urgentes relacionadas a demandas da área de saúde, sendo a urgência aferida pelo Defensor Público no caso concreto; II - atendimento à criança abrigada; III - patrocínio em ação judicial cujo prazo de defesa esteja em andamento e IV - prestação de contas.-----

Ficaram parcialmente vencidas as conselheiras Luciana Leão Lara Luce, cujo entendimento desta é no sentido de se aguardar o prazo de 15 dias para a implementação da mudança do espaço físico, para só após entrar em vigor a liminar, e Fernanda Saraiva, para quem o atendimento deve ser pleno na área da saúde.-----

Relativamente ao item 5, procedimento nº 002 de 2018, foi dada a palavra ao conselheiro Richarles Caetano, tendo o mesmo apresentado voto médio, o qual pediu a juntada.-----

A dra. Luciana indagou se não haveria conflito em relação à Deliberação que trata das Câmaras de Estudos, responsáveis pela análise das teses institucionais; disse que pedia vista do procedimento, na forma do art. 26, § 6º, do Regimento Interno, até porque este é o seu primeiro contato com o procedimento e para verificação se há ou não conflito com o Regimento das Câmaras de Estudos.-----

O conselheiro Heitor Baldez disse que não via problema no pedido de vista, mas que pela nova sistemática do Regimento Interno do Conselho Superior aprovada recentemente, isto não seria possível. O conselheiro Marco Túlio deu explicações sobre o trâmite do procedimento no Conselho; disse que juntamente com o conselheiro Richarles Caetano, fizeram o voto médio; indagou se era possível a análise da troca dos nomes, banco de teses, temas ou tópicos.-----

Após debates, à unanimidade, decidiu-se que a expressão mais apropriada é banco de temas.-----

Com a concessão da vista à conselheira Luciana Leão Lara Luce, o procedimento retorna à próxima pauta.-----

Quanto ao item 6, a análise dos procedimentos nºs 002 de 2014 e 007 de 2015, que tratam de pedido de alteração da divisão abstrata da Defensoria de Araguari, foi dada a palavra à conselheira Fernanda Saraiva, que apresentou o seu voto e disse que consultou os colegas da comarca sobre os pedidos formulados. Também pediu a atualização do anexo I, da Deliberação nº 011 de 2009, e isto com a maior brevidade possível.-----

O conselheiro Galeno Siqueira indagou se a proposta não feria a inamovibilidade e se não haveria supressão de atendimento e que a solução dada deveria seguir a mesma que foi dada à recente alteração na Defensoria de Varginha.-----

A conselheira Fernanda disse que a proposta mantinha o atendimento do júri até provimento.-----

Todos se manifestaram sobre os pedidos formulados e voto apresentado pela conselheira Fernanda Saraiva.-----

O dr. Gério também indagou se a solução apresentada não se revestiria em uma remoção; já que há mudança de atribuições de uma vara para outra.-----

O conselheiro Richarles disse que isto é outro ponto e indagou se não estaria havendo algum tipo de remoção.-----

O conselheiro Flávio indagou se não seria o caso de se fazer por portaria, que no futuro poderia ser alterado e sem necessidade de retornar ao Conselho; que talvez a regulamentação pudesse ser feita por portaria.-----

O conselheiro Richarles disse que as ponderações do dr. Gério são pertinentes; um defensor que atua na 2ª vara vai passar a ter atuação na 1ª vara; que assim ele está removendo; que de forma transversa ele está sendo removido; que tem dúvida quanto a legalidade disto.-----

O dr. Gério deu exemplo de um caso concreto acontecido em João Monlevade.-----

O conselheiro Richarles Caetano disse que o que se pode discutir aqui é a legalidade da alteração.-----

A dra. Luciana disse que precisamos amadurecer o debate melhor.

O conselheiro Richarles disse que, quanto a mudança, a gente busca sempre o melhor para o colega e o que tem que ser colocado é a legalidade da Deliberação, que passa por cima dos critérios de remoção previstos em lei; a questão é se é legal ou não.-----



O conselheiro Heitor disse que em Varginha o Ndem faz infância; que talvez lá fosse interessante tirar a infância cível e infracional e colocar no Nudem, mas que não pode falar por Araguari, pois não conhece a realidade de lá e fez outras considerações; disse que são os colegas de lá que tem que dizer sobre estas questões; que talvez possa ser dada a mesma solução dada a Varginha, mantendo o atendimento até o provimento.-----

O conselheiro Galeno disse que se adotar a solução de Varginha, a situação ficaria do mesmo jeito, já que o colega teria que continuar atendendo júri.-----

O conselheiro Heitor disse que o problema de Araguari é de provimento; disse que o Conselho não pode dizer aos colegas de lá que eles podem parar o atendimento, porque isto é atribuição do gabinete.-----

O dr. Gério discorreu sobre a questão da delimitação de atribuições, que tem solução específica e que não mexe na distribuição das atribuições.-----

O conselheiro Heitor reafirmou que o principal problema é de lotação, mas lá tem problemas na divisão dos trabalhos, mas o principal é a falta de defensor; talvez uma delimitação de atribuições fosse o ideal.-----

A conselheira Fernanda Saraiva disse que conversou com os defensores de Araguari sobre as diversas hipóteses.-----

O dr. Gerío sugeriu a oitiva dos colegas de Araguari para conhecimento da dinâmica dos trabalhos.-----

O conselheiro Heitor sugeriu que se traga um colega de lá e que ele venha com dados e autorização dos demais para manifestar-se sobre o pleito.-----

O conselheiro Richarles disse que confundindo questões que não estavam confundidas antes; disse que são alterações em abstrato, e que em princípio está tudo certo; disse que se está havendo consenso entre os colegas, o ato do Conselho é meramente homologatório; que o Conselho faz apenas o controle de legalidade; que ao fazer este controle, nota-se que a proposta tem uma ilegalidade; que o defensor lotado na segunda vara passa a ser lotado na primeira vara e isto é remoção; que a discussão é diversa e estamos fazendo uma contraproposta, na verdade.-----

A conselheira Fernanda disse que no voto teve a preocupação de não vincular por vara.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que a sugestão do conselheiro Heitor é a melhor possível; disse que conversou com o defensor Jeferson e ele disse da disponibilidade em vir aqui para debater a questão; disse que é melhor ouvir os colegas e que lá tem

problema de provimento mesmo; que é importante a oitiva dos colegas para entender a situação colocada por eles mesmos; disse que a função do Conselho não é decidir pelo arquivamento ou não e sim buscar uma solução; que os colegas estão pedindo uma redistribuição antes de decidir a questão.-----

O conselheiro Heitor sugeriu a suspensão do trâmite do procedimento e que os colegas sejam chamados para prestar esclarecimentos, trazendo dados e estatísticas, com o que todos concordaram.-----

A conselheira Fernanda Saraiva disse que o procedimento pode retornar à próxima sessão ordinária, ficando convertido em diligências.-----

Relativamente ao item 7, o procedimento nº 001 de 2012, que trata da normatização da participação de defensores públicos em eleições legislativas, de autoria do defensor Hélio da Gama e Silva, foi dada a palavra à conselheira Fernanda Saraiva, relatora, tendo a mesma apresentado as suas considerações iniciais; parabenizou a superintendente Carla Carvalho pela ajuda, disse que ela é excelente servidora, muito prestativa; disse que abriu os debates e que o ideal é iniciar a votação na próxima sessão.-----

Iniciados os debates, sugestões foram feitas ao tema, sendo que a relatora os avaliará e os trará para a próxima pauta, provavelmente no dia 2 ou 3 de agosto.-----

A relatora Fernanda Saraiva fez a leitura da exposição de motivos e da minuta de Deliberação, cuja juntada pediu.-----

Os conselheiros fizeram a análise dos artigos da minuta, debateram sobre as diversas possibilidades, especialmente sobre a adequação da nossa norma interna às leis eleitorais e principalmente com a preocupação de não restringir o que a lei não restringe.-----

O conselheiro Heitor indagou se o defensor for candidato a vereador, por exemplo, ele pode entregar santinho na sede, tendo a conselheira Fernanda dito que no seu entendimento não.-----

O conselheiro Heitor indagou se não era preciso colocar isto?-----
A conselheira Fernanda disse que é possível colocar sim; disse que em relação a estas condutas, também pode ser observado em relação aos estagiários, referindo-se ao art. 9º, da minuta de Deliberação que trata das condutas vedadas.-----

O dr. Gério indagou sobre a questão do horário de expediente, se seria o expediente da Defensoria, estando o órgão aberto.-----

A conselheira Fernanda disse que as várias hipóteses tem que ser trabalhadas.-----

O conselheiro Heitor disse que o ideal seria tirar a menção a expediente e colocar na sede, no âmbito da Defensoria Pública.----
Todos os conselheiros falaram da excelência do trabalho realizado pela conselheira relatora, Fernanda Saraiva, e a parabenizaram por isto.-----

O conselheiro Heitor disse que o texto apresentado pela conselheira Fernanda Saraiva está muito próximo do que será aprovado e está sensacional.-----

A conselheira Luciana deu os parabéns à conselheira Fernanda pela pesquisa ampla; fez menção ao art. 8º, inciso III, da minuta, das proibições, especificamente na questão da cessão de servidores e indagou que tipo de licença estamos nos referindo aqui.-----

O dr. Gério indagou se o defensor poderia tirar dia de compensação e ir para o comitê trabalhar.-----

O conselheiro Heitor disse entender que essa licença é para tratar de assuntos particulares.-----

O conselheiro Richarles disse que esta vedação é em qualquer hipótese; que não podemos ceder em momento algum e que se o defensor/servidor for por conta própria o problema é dele; disse que a proibição de ceder é em qualquer situação e que não é necessária nenhuma ressalva.-----

O dr. Gério disse que a matéria gerará muitos debates e que temos que ter a preocupação de não restringir o que a lei não restringe.-----

A conselheira Fernanda fez a leitura do art. 9º, que trata das vedações e discorreu sobre a distribuição de material de campanha no interior da Defensoria.-----

O dr. Gério indagou se é possível o candidato ir à porta do fórum fazer campanha, panfletar, no horário de expediente e reafirmou que não podemos criar restrições que não existem na lei e que isto é complicado.-----

O conselheiro Heitor disse que o que se quer vedar é a Instituição ser usada por outros; o colega candidato pode pedir voto na Defensoria? Perguntou; disse que o fim da vedação é a proibição de usar o nome da Defensoria junto ao assistido, que é vulnerável, mas que não via objeção em um colega pedir voto a outro colega e que não via necessidade de vedar isto.-----

O conselheiro Flávio Dabés disse que temos que ter muito cuidado com as consequências políticas e lembrou da campanha eleitoral de 1998, onde o candidato Eduardo Azeredo teve apoios expressos e quem ganhou foi o adversário, Itamar Franco.-----

O dr. Gerio disse que na ALMG se consegue muita coisa porque somos apartidários; disse ser bom termos representantes e



lembrou o caso do deputado Isauro Calais, mas não podemos passar a mensagem de que a Instituição está fazendo campanha; indagou se um colega pode pedir voto na sua sala, Gério, onde este colega não estaria fazendo uso da condição de defensor público; e outro candidato? Não poderia entrar aqui na Defensoria e pedir voto também?-----

O conselheiro Galeno disse que o servidor candidato tem o período de afastamento na lei para não se aproveitar da condição de servidor; indagou se a vedação impediria que um candidato defensor fosse a sala de outro e pedisse voto a este e distribuisse um santinho pago com o próprio dinheiro; se isto deveria ser vedado mesmo.-----

O dr. Gério disse que a própria lei eleitoral abrange muito a questão do funcionário de modo geral; disse que temos que ver se não vamos criar mais restrições e que a Defensoria é diferente de outras instituições, já que lidamos com pessoas vulneráveis.-----

O conselheiro Heitor disse que ser candidato e fazer política é direito constitucional e que não sabe se poderíamos criar esta vedação; disse não saber se estamos querendo moralizar demais e criar uma norma impeditiva que não conste na lei.-----

O conselheiro Richarles disse que se o candidato externo não pode fazer campanha aqui dentro porque o interno poderia, é isto o que acha que a conselheira Fernanda quis dizer.-----

O conselheiro Richarles sugeriu a abertura de vista geral e disse da importância de terminar em agosto os debates até mesmo pela proximidade do calendário eleitoral.-----

Todos concordaram com a vista coletiva e com a sugestão de que as manifestações e sugestões devam ser encaminhadas à relatora por e-mail.-----

Quanto ao item 8, proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho Superior, procedimento nº 028 de 2018, de autoria do conselheiro Galeno Siqueira, foi dada a palavra ao mesmo, relator, que apresentou a minuta de Deliberação contendo as alterações pontuais.-----

O conselheiro Galeno informou da colaboração dada pelos conselheiros Marco Túlio e Richarles; discorreu sobre as alterações pontuais efetuadas até hoje no RI; falou da necessidade de se atualizar o RI a fim de modernização e dinamicidade; falou do fim da figura do revisor; pesquisas mostraram que em todas as Defensorias pesquisadas não há mais esta figura; disse que o novo CPC também acabou com a figura do revisor nos órgãos colegiados, conforme disse o assessor Cláudio Pagano; disse que a existência do revisor atrasa o andamento dos procedimentos;



discorreu sobre a nova modalidade, inclusive em relação às sessões virtuais; falou da participação com direito a voz do representante da entidade de classe, da necessidade de se estabelecer momento adequado para que ele se manifeste; disse que às vezes ele se manifesta após a decisão já tomada pelo colegiado; disse que o ideal é que ele se manifeste antes da apresentação do relatório pelo relator; falou da questão da forma de votação, da distribuição dos assentos em mesa; disse que o voto retorna ao subdefensor após a manifestação do revisor; disse que isto desnivela o voto do conselheiro eleito com o do conselheiro nato, na medida que os últimos conselheiros a votarem já recebem a palavra com as questões já decididas; disse que é necessário dar equilíbrio aos votos.-----

Os conselheiros Marco Túlio e Richarles apresentaram sugestões sobre a inserção do momento exato dos informes da Administração Superior; disseram que é importante colocar o representante da entidade de classe e não o seu presidente apenas.-----

O conselheiro Flávio disse que o ideal é que a fala do representante da entidade de classe seja após a apresentação do relatório pelo relator e antes do seu voto.-----

O conselheiro Galeno discorreu sobre a importância de se colocar os informes no final para não atrasar a sessão.-----

O conselheiro Heitor também disse que o ideal é que a manifestação do representante da entidade de classe ocorra após o relatório e antes do voto do relator.-----

A conselheira Luciana disse que esta sistemática dos informes ao final já está adotada nesta sessão.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que os Regimentos de outras Defensorias não falam em informes e sim em comunicações, com o que concordou o relator, conselheiro Galeno.-----

O dr. Gério também teceu considerações sobre a importância das comunicações ao final.-----

Os conselheiros Marco Túlio e Richarles esclareceram os motivos pelos quais sugeriram a alteração de presidente para representante da entidade de classe de maior representatividade dos defensores públicos, possibilitando que um substituto participe das sessões, em seus impedimentos, sugestão acolhida pelo relator.-----

Também todos concordaram com a inserção das comunicações da Administração Superior ao final.-----

O conselheiro Richarles disse que seria o ideal que as comunicações ocorressem no início da sessão para possibilitar aos presentes o conhecimento das questões, já que a maioria tem



compromissos ao longo do dia e que quase ninguém assiste a gravação das sessões, mas também não se opôs quanto à sugestão do relator.-----

Sobre os procedimentos em poder do revisor, o conselheiro Richarles sugeriu que eles retornem ao relator para que ele proponha inclusão em pauta.-----

Após debates, o conselheiro Richarles sugeriu que ao relator seja facultada a possibilidade de pedido de inclusão em pauta de procedimento em poder do revisor, com o que todos concordaram. Resultado: aprovada à unanimidade as alterações propostas.-----

O conselheiro Richarles falou da necessidade de aplicarmos o quanto antes a pauta virtual.-----

O revisor, conselheiro Heitor, fez sugestões ao aprimoramento do texto e colocou-se de acordo com as alterações propostas, isto no momento para tanto a ele destinado.-----

Relativamente ao item 9, o procedimento nº 029 de 2018, proposta de fixação do calendário de sessões do Conselho Superior para o segundo semestre de 2018, foi dada a palavra ao conselheiro Galeno, autor e relator, que apresentou sugestões de datas.-----

Após debates, à unanimidade, foi aprovada a proposta de fixação do calendário de sessões ordinárias para o segundo semestre de 2018.-----

O revisor, conselheiro Heitor, colocou-se de acordo com as sugestões e com a minuta final apresentada.-----

O conselheiro Galeno disse que as sessões extraordinárias podem ser propostas a qualquer tempo, na forma regimental, e que a retomada das sessões itinerantes dependem de disponibilidade financeira, já que são onerosas em razão de deslocamentos, motivo pelo qual pediu estudos ao gabinete.-----

Em assuntos gerais e comunicações da Administração Superior, o dr. Gério, para tratar de questões estratégicas e relativas à LDO 2019, tornou a sessão secreta, na forma regimental e pediu a suspensão da sua gravação.-----

Retomada a publicidade, isto às 19:05 h, bem como a gravação, a dra. Luciana, em comunicações da Administração Superior, falou da sistemática da coleta de sugestões da proposta orçamentária para 2019; disse que fizeram algumas alterações e acharam por bem ampliar a consulta; disse que encaminhou memorandos aos coordenadores, conselheiros, presidentes da associação de classe e servidores; disse que o objetivo é abrir uma ampla discussão em relação a coleta de sugestões; disse que fixaram o prazo de 20 de julho porque o prazo final para entrega será no dia 17 de agosto,



conforme previsto na LDO; disse que houve esta mudança em relação à sistemática anterior.-----

O conselheiro Marco Túlio reiterou o pedido a respeito da entrega do planejamento estratégico e dos documentos correlatos, o que, ao que parece, ainda não foi entregue.-----

A dra. Luciana disse que já fez contato com o professor Marconi e que ele disponibilizou as versões digitalizadas; disse que encaminhou para conferência, especialmente para ver se todos os serviços contratados foram entregues e que após esta conferência será disponibilizado.-----

O conselheiro Marco Túlio reiterou o pedido de disponibilização do material da FJP, até por sermos órgão normativo; disse que a questão do orçamento, como disse o colega Flávio Wandek, sempre havia cobrança, mas não tinha resposta efetiva; parabenizou a dra. Luciana e o dr. Gério pela forma mais leve, mais democrática, com mais clareza na condução da reunião com o Conselho Superior; disse que desse jeito teremos reuniões muito mais produtivas; parabenizou pelo pronto atendimento pelo conserto do som do Conselho, pela rápida criação do e-mail da secretaria; disse que o colega Felipe Panconi ligou de manhã e pediu para lembrar os colegas do gabinete sobre a questão da segurança dos colegas nas comarcas; disse que ele relatou furtos ocorridos na Defensoria de Barbacena e que gostaria de saber como está esta questão do sistema de segurança das comarcas.---

A dra. Luciana disse que a questão provavelmente será tratada na próxima reunião de execução orçamentária.-----

O conselheiro Marco Túlio falou sobre a questão da remoção dinâmica, procedimento de sua autoria e que vai apresentar na sessão virtual; disse que a ideia é fazer uma remoção dinâmica em um artigo só, em ambiente virtual, no prazo legal de forma dinâmica; falou da questão do voto eletrônico; disse que a Comissão Eleitoral se reuniu para descarte de material; disse que teve reclamação de dois membros sobre os gastos com a eleição, da ordem de R\$10.000,00 por ano; sugeriu que aproveitemos o lapso e deliberemos sobre o voto eletrônico, que é realidade em várias instituições, inclusive o MP, DP do Amazonas, DPU, etc; disse que é mais barato e o resultado sai na hora.-----

O conselheiro Galeno também parabenizou a forma serena na condução dos trabalhos pelo dr. Gério, estendendo os elogios também à dra. Luciana; disse que desta forma teremos um Conselho muito mais produtivo.-----

O conselheiro Galeno lembrou sobre a recomendação para revogação das Resoluções nº 131 e 143, com o que todos



concordaram e sugeriu que a matéria seja encaminhada para análise ao Conselho.-----

O dr. Gério agradeceu a recepção; disse que foi muito bem recebido; agradeceu a paciência e a cumplicidade para avançar; disse que a vontade é acertar ao máximo e para isto tem que ouvir; disse que questões podem ser resolvidas em uma simples conversa; disse que tem certeza onde quer chegar; acha que vamos avançar muito; colocou o gabinete à disposição; disse que as críticas nos tiram da comodidade; disse que mexeu na composição do gabinete e que os assessores tem perfis diversos, mas que pactuou com eles a forma de trabalhar, pensando sempre no defensor, no assistido, sem questões pessoais; disse que quer crescer, aprender, e ter a certeza que vamos avançar juntos.-----

A conselheira Fernanda parabenizou pela condução dos trabalhos, um Conselho tranquilo, produtivo, discutindo questões importantes, mas em nenhum momento de forma impositiva; disse que a questão da visita ao prédio da Araguari foi importante; que percebemos que o local estava apropriado; fez um pedido: dificuldade em relação a questão estrutural; disse que estão sem toner na Defensoria desde abril; a impressora estraga e causa muita dificuldade; que estas questões estão atrapalhando o trabalho; que a internet cai o tempo todo; sugeriu que o corpo técnico pudesse passar na comarca e ver as necessidades; talvez pudesse cobrar da empresa terceirizada; disse que a questão de estagiário também ajudaria bastante, já que está bastante sobrecarregada.-----

O dr. Gério agradeceu a conselheira Fernanda pelas palavras; disse que sobre a questão da impressora a empresa geralmente cumpre e ficou até surpreso; disse que vai ver a questão da internet, que pode ser até da rede.-----

A conselheira Fernanda disse que a falta de computador também está crítica; disse que em relação aos servidores não tem nada que reclamar, são sempre muito atenciosos e que é muito satisfatório ver o retorno rápido; falou da competência dos servidores; lembrou dos servidores da Ascom.-----

O dr. Gério disse que estão fazendo estudos sobre os estagiários para os conselheiros, sendo uma forma para ajudar o conselheiro a desafogar e se dedicar mais às questões do Conselho.-----

Eduardo Generosos disse que esteve na inauguração do fórum do Barreiro; disse que os colegas ficaram sem as vagas de garagem; viu a questão do sol; disse que lá merece uma visita para ver se é possível de alguma forma ajudar.-----



O conselheiro Richarles disse que de fato o que aconteceu com o Barreiro é usual entre nós; que o fórum está sendo reformado; que o tribunal do júri está subindo para o 3º andar do fórum, os três plenários, os sumários; disse que a Defensoria não possui uma sala no terceiro andar e provavelmente vamos perder a sala do subsolo; disse que às vezes falta de nossa parte o acompanhamento destas questões; disse que é o judiciário que escolhe o espaço para nós e que no fórum Lafaiete isto está acontecendo; sugeriu contato com a direção do foro.-----
O dr. Gério disse que o conselheiro Marco Túlio já fez contato com a coordenação criminal e estas questões estão sendo verificadas.--
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 19:30 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 13 de julho de 2018.-----

Gério Patrocínio Soares

Luciana Leão Lara Luce

Flávio Néilson Dabés Leão

Marco Túlio Frutuoso Xavier

Galeão Gomes Siqueira

Heitor Teixeira Lanzelotti Baldez

Fernanda de Sousa Saraiva

Richarles Caetano Rios

Eduardo Cyrino Generoso